



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ana Mércia da Silva Nascimento¹
Ana Maria da Silva²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre Educação inclusiva e pessoas com deficiência: desafios e perspectivas, buscando identificar se na escola existe de fato o processo de inclusão. Com isso, se fez necessário ampliar as discussões acerca das políticas educacionais visando elaborar e implementar o processo de inclusão para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência nas escolas. É preciso que haja a consciência de que estas pessoas são cidadãos de direitos como todos nós, desde o momento em que são concebidas. E o despertar para uma reconstrução ideológica na sociedade é o que vai permitir que as crianças com deficiência se sintam inclusas de fato; e tenham os seus direitos respeitados e garantidos. Para que assim, se atinja não apenas a integração, mas a verdadeira inclusão, sendo importante que hajam mudanças nos paradigmas educacionais. O grande desafio para educação em uma perspectiva de inclusão é respeitar a diversidade e as potencialidades de cada um, daí a importância de refletir quanto às práticas pedagógicas vivenciadas no cotidiano para desenvolvermos um trabalho que possibilite ampliar as possibilidades de aprendizagens das pessoas com deficiência. Tais práticas devem ser repensadas, refletidas e analisadas com o objetivo de fazer com que as crianças se sintam parte do processo de ensino aprendizagem e não apenas mero espectador. O artigo buscou respaldo nas teorias de Carvalho(2005), Glat (2007), Mantoan (2003), Perrenoud (2002), dentre outros.

Palavras-chaves: Inclusão, Crianças com deficiência, Educação para todos, Direitos iguais.

INTRODUÇÃO

A luta pelos direitos das pessoas com deficiência, vem sendo intensificada desde os meados do século XX através de movimentos sociais, com o intuito de erradicar toda e qualquer forma de discriminação que venha a impedir o exercício da cidadania dessas pessoas. Assim, no decorrer desse período histórico, fortalecem-se as críticas no que diz respeito às práticas segregativas nos diversos contextos e especialmente nos espaços escolares. Dessa forma, a

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP). Especialista em Educação Especial com Ênfase em Educação Inclusiva. E-mail:merciaana3@hotmail.com

² Mestra em Letra pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: professoraanamarca3@gmail.com





proposta de um sistema educacional inclusivo perpassa por um processo de reflexão da prática pedagógica.

Assim, foram criados diversos dispositivos legais no âmbito mundial e nacional para garantir a inclusão e a escolarização de crianças, adolescentes e jovens com necessidades especiais com o intuito de promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso, a permanência e sucesso de todos na escola e com educação de qualidade. A Constituição Federal de 1988 garante o direito de todos à educação.

Cada vez mais, as discussões acerca das políticas educacionais reforçam a necessidade de elaboração e a implementação de ações voltadas para a universalização do acesso na escola na efetivação do processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais. Sendo assim, as escolas devem ter como princípio acolher todas as crianças, sem qualquer distinção ou atitudes discriminatórias. O grande desafio do sistema educacional atualmente é promover o acesso e a permanência das pessoas com necessidades especiais a educação e o ensino de qualidade contribuindo para seu desenvolvimento e autonomia no convívio escolar, familiar e social.

Este estudo, como já foi mencionado, tem por objetivo principal analisar a inclusão das crianças com deficiência na escola. Identificar se na escola existe de fato práticas inclusivas e verificar o que diz as leis sobre a inclusão. É importante compreender se os estudantes com deficiência são incluídos ou apenas integram a escola, e entender que a escola é o espaço que tem um papel fundamental que é promover o ensino de qualidade para todos, visando o seu pleno desenvolvimento e oferecendo condições, onde os mesmos se sintam inclusos, por isso se faz necessário o estudo sobre a inclusão e os seus desafios no cotidiano.

METODOLOGIA

Para a escrita do artigo buscou-se pesquisar em livros, artigos e revistas o tema abordado, destacando os desafios pelos quais as pessoas com deficiência tem passado em busca da inclusão na sociedade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por ser um tema tão complexo, o tratamento das questões educativas, e da educação inclusiva requer a atenção de várias disciplinas e este tema é um terreno que ainda precisa ser estudado sob diversas perspectivas, visto que sua proposta inovadora prevê uma nova mudança





e um remanejamento radical na dinâmica da escola. Para que estratégias de diferentes ramos do saber possam ser usados no sentido de tornar claro e orientar educadores frente ao imenso desafio de exercer uma prática pedagógica que privilegie a diversidade na escola (SAMPAIO e SAMPAIO, 2009).

Na Idade Média, pessoas com deficiência foram marginalizadas, rotuladas como inválidas, torturadas, abandonadas perseguidas e mortas. No Brasil por volta do século XVIII, o atendimento as pessoas deficientes tinham caráter assistencialista, eram restringidos aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos, nas Santas Casas, salvo algumas exceções de crianças que até participavam de algumas instruções com outras crianças ditas normais. Muitas famílias com crianças deficientes preferiam esconder seus filhos da sociedade.

Mazzotta (2005) acerca do processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais afirma que no âmbito educacional tiveram início a partir do século XX, e por volta da década de 1990 e início do século XXI, avançaram os estudos em Educação Especial no Brasil com base nas concepções na área médica e da pedagogia, sendo mais centrada nas causas biológicas da deficiência.

Com os avanços em outras áreas do conhecimento como a psicologia influenciaram novas teorias de aprendizagem influenciando a educação inclusive sob o campo da psicopedagogia, ressaltando a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino. É possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais principalmente no que diz respeito às pessoas com necessidades especiais: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação.

Sabe-se que o período assistencialista foi marcado pelas instituições filantrópicas oferecendo apenas proteção as pessoas com necessidades especiais, porém não acreditavam na capacidade de aprendizagem destes indivíduos. Assim, a marginalização neste período se caracterizava pela total descrença na capacidade de pessoas com necessidades especiais, gerando durante muito tempo uma omissão por parte da sociedade e na organização de serviços para esse grupo da população.

Já no período da Educação/reabilitação das pessoas com deficiência houve uma mudança e preocupação com relação aos serviços e desenvolvimentos educacionais, sendo assim considerados a capacidade e potencialidade de cada um. Infelizmente ainda não existe uma unanimidade a respeito do conceito de educação inclusiva, apesar de muito discutida.

Em algumas nações, o termo inclusão ainda é visto como um tratamento para atender crianças com necessidades especiais dentro do contexto dos sistemas regulares de educação.





Sabe-se que o principal objetivo da educação inclusiva é de eliminar de vez a exclusão social fruto de atitudes e respostas à diversidade com relação à classe social, gênero, religião etnia e habilidades. Porém, internacionalmente, o conceito tem sido entendido de uma maneira mais ampla como uma mudança que acolhe a diversidade entre todas as pessoas do processo educativo. Desse modo pode-se afirmar que a educação é parte essencial do direito humano básico e suporte de uma sociedade mais solidária e justa.

Ao explicar o processo de inclusão/integração educacional denota quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão são elas: fase de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão.

Na fase de exclusão não existia nenhum tipo de preocupação ou atenção, as pessoas com necessidades especiais viviam isoladas e rejeitadas pela sociedade. A segregação institucional as pessoas com necessidades especiais eram afastadas do convívio familiar, recebendo atendimentos de instituições filantrópicas ou religiosas. No entanto, vale ressaltar que foi nesta fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.

Na fase da integração as pessoas com necessidades especiais passaram a ser encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os estudantes eram preparados para adaptar-se à sociedade. Já na inclusão todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, e não os alunos que devem se adaptar aos mesmos. Ao falar em educação inclusiva Sanchez, afirma que:

Esta visa apoiar as qualidades e necessidades de cada um e de todos os alunos da escola. Enfatizando a necessidade de se pensar na heterogeneidade do alunado como uma questão normal do grupo/classe e pôr em marcha um delineamento educativo que permita aos docentes utilizar os diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os alunos. (SANCHEZ, 2005, p.12).

Segundo a Deliberação nº 02/03 CEE, a terminologia “necessidades educacionais especiais” deve ser utilizada para referir-se às crianças e jovens, cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Assim, essa terminologia pode ser atribuída a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam necessidades especiais permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escola.





IV CINTEDI

V JORNADA CHILENA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
EDIÇÃO DIGITAL



Em relação as famílias de crianças com necessidades especiais, este estudo demonstrou que as expectativas dos pais em relação a seus filhos tendem a crescer quando eles são educados na escola regular. Então, o grande desafio para educação em uma perspectiva de inclusão é respeitar a diversidade e as potencialidades de cada um, daí a importância de refletir quanto às práticas pedagógicas para desenvolver assim um trabalho que possibilite ampliar as possibilidades de aprendizagens das pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim cabe aos educadores buscarem formações que os capacitem ao trabalho numa perspectiva de inclusão, aceitação, respeito e empatia para com os pais e alunos.

Atualmente a educação inclusiva vem facilitando que estudantes com e sem necessidades especiais atravessem sua trajetória escolar na mesma sala de aula. A educação inclusiva é reafirmada e indicada em várias declarações internacionais, políticas educacionais e em leis nacionais que acordam para que crianças com necessidades especiais recebam educação escolar em conjunto com colegas sem deficiência, assim, o processo inclusivo acontece de maneira satisfatória; “permitir a interação social do aluno em situação de inclusão é permitir-lhe o acesso à cultura e à cidadania” (BERBAT, ZAPPAROLI, 2013, p. 12).

Para os que não possuem necessidades especiais, os benefícios da inclusão também são estendido para o ambiente de trabalho. Numa pesquisa de empresas e instituições do Canadá, Brasil, Estados Unidos e Espanha, pesquisadores de McKinsey & Company descobriram que contratar pessoas com Síndrome de Down gera um efeito positivo na saúde da organização e no ambiente de trabalho, além de promover o desenvolvimento de habilidades na solução de conflitos e aumentar a motivação dos colaboradores (HEHIR *et al* 2016).

A seguir veremos quais são as bases legais para que a Educação Inclusiva seja de fato efetivada nas escolas, contemplando a todas as pessoas com deficiências.

BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Diversos documentos fundamentam as bases legais para educação inclusiva no qual se constitui as políticas públicas da educação especial a nível nacional e internacional são eles: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, Constituição Federal de 1988, a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e a nível internacional a Declaração de Salamanca, realizada em 7 e 10 de junho de 1994 em Salamanca na Espanha. Infelizmente nos dias atuais ainda é possível encontrar professores que não saibam diferenciar o significado de integração e inclusão, para Mantoan (2002) aborda que os termos “integração” e “inclusão” embora tenham





significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teóricos metodológicos divergentes. Enquanto a inclusão prever a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática, a integração refere-se mais especificamente inserção de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares.

No Art. 59 deixa claro que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas especificidades promovendo situações didáticas contribuindo para o seu desenvolvimento atingindo nível e conclusão do Ensino Fundamental. Assegurando ainda a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no art. 58 § 1º, garante que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, nas escolas, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Reafirmando o dever do Estado em oferecer esse apoio às pessoas com deficiências, sabendo que a efetivação desses serviços devem ser permanentes, visto as próprias “peculiaridades dos alunos da educação especial”.

No entanto, faz-se necessário considerar a realidade e as potencialidades de cada educando independente de sua necessidade. Para então definir as melhores estratégias para atender as pessoas com deficiência, contemplando uma política de inclusão pautada na estrutura e reorganização educacional com foco especialmente no processo de desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no art. 1º, em seu Parágrafo único, determina que o atendimento escolar das crianças com necessidades especiais deve ter sido iniciado na Educação Infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial quando necessário, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, contando o atendimento educacional especializado.

O art. 2º também determina que o sistema educacional devem matricular todos os educandos, cabendo então as instituições de ensino organizar-se para o atender crianças com necessidades especiais, oferecendo uma educação de qualidade para todos. Assim, podemos perceber a crescente trajetória em que está inserida a educação inclusiva no cenário educacional, considerando a importância de conhecer e interpretar os interesses dos organismos financeiros e reguladores, que por muitas vezes disseminam diretrizes incoerentes com a atual organização do universo escolar.

Apesar dos avanços nas políticas educacionais para pessoas com necessidades especiais os direitos são garantidos, mas ainda há muito por fazer para que se efetive a inclusão dessas





crianças no ensino regular, possibilitando a eles o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém ainda não são suficientes.

Contudo foi comprovado que se faz necessário, promover mais estudos e debates, a fim de qualificar os professores, para que possam exercer ensino de qualidade garantido assim os direitos dos alunos e professores. Por isso, é importante ressaltar que a política de Educação Inclusiva deve está condicionada a uma melhor adequação e organização dos espaços e principalmente na mudança das práticas pedagógicas.

ADEQUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA ESCOLAR

O conceito de Escola Inclusiva originou-se a partir de uma concepção comum que condiz com a responsabilidade de uma pedagogia pautada na aprendizagem da criança, inclusive aquelas com desvantagens severas. As crianças devem aprender juntas. Tal consenso fundamenta-se nas diferenças como condição humana adequando o processo de aprendizagem às necessidades da criança em respeito à sua dignidade.

Desta forma as políticas educacionais implementa um novo conceito de Escola Inclusiva e tem como proposta novas práticas de ensino com o propósito de atender as especificidades das crianças com necessidades educacionais especiais, garantindo o direito a educação para todos. Neste sentido, Silva aponta um novo conceito de diferença e multiplicidade na educação inclusiva:

A diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, os múltiplos é sempre é um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade PE uma maquina de produzir diferenças – diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, porífera, dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico. (SILVA, 2000, p.100-101).

A Declaração de Salamanca norteia as políticas e práticas da Educação Especial, como também as práticas educativas de inclusão no Ensino Regular. Contudo, uma instituição de ensino regular é considerada inclusiva quando são consideradas e respeitadas as potencialidades





de cada educando com necessidades especiais independente das limitações impostas pelas deficiências.

Ensinar não é uma tarefa fácil exige conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem. Competência e domínio dos conteúdos, planejamento para refletir e compreender as práticas em uma perspectiva de inclusão com o intuito de atender às especificidades educacionais dos educandos.

Pois incluir pessoas com deficiência no ensino, implica mudanças e reformas no sistema educacional. Por meio de adaptação e flexibilidade do currículo escolar, modificando ainda as formas de avaliar e ensinar, criando situações didáticas que facilite o desenvolvimento do processo educativo implementando práticas inclusivas em sala de aula. .

Na educação, este tema veio revolucionar o sistema organizacional e as propostas curriculares vigentes. A intenção é fazer valer, verdadeiramente, o direito à Educação prescrita em nossa Constituição de 1988. A educação em uma perspectiva de inclusão entende a diversidade como uma oportunidade riquíssima para troca de experiência e construção do conhecimento.

A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula são algumas das adaptações curriculares para implementar a realização do trabalho docente, favorecendo da melhor forma possível o nível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar, visando garantir a inclusão, permanência e sucesso dos alunos com necessidades especiais.

É importante frisar que todo o contato e interação realizados dentro do ambiente escolar com as pessoas que fazem parte do mesmo é muito relevante e significativo para a evolução do processo de ensino-aprendizagem da criança com necessidades especiais e/ou deficiência, bem como, para as crianças tidas como “iguais” que aprendem a conviver e respeitar a heterogeneidade na sala de aula (SILVA; LIMA, 2016).

Realizar as adaptações necessárias dos materiais de uso comum em sala de aula, possibilitar ao educando sua participação nas atividades propostas, contar ainda com materiais de apoio. Eliminar ações e atitudes discriminatórias que possam desencadear sentimentos de baixa autoestima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

Além dessas adaptações gerais, é importante refletir também nas adaptações mais específicas de acordo com cada necessidade. E escolas que propõem um modo de organização do sistema educacional, que consideram as necessidades de todos os alunos e que são estruturadas em funções dessas necessidades são de fato escolas inclusivas, porém é importante





levar em conta que muitos professores trabalham a inclusão de maneira insatisfatória devido a falta de recursos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa nos mostrou que ainda falta muito nos sistemas públicos de ensino para que haja de fato a inclusão escolar. Que apesar dos avanços nas políticas educacionais para pessoas com deficiência tenham os direitos garantidos, ainda há muito por fazer para que se efetive a inclusão das crianças no ensino regular, de forma que possibilite o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém ainda não são suficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diversos dispositivos legais no âmbito mundial e nacional para garantir a inclusão e a escolarização de crianças, adolescentes e jovens com deficiência. O artigo permitiu atingir os objetivos propostos com relação à análise da política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem de alunos com deficiência.

Diante disso, aprofundamos os conhecimentos acerca do processo de inclusão escolar, verificando até que ponto a escola está realmente sendo um espaço inclusivo e de observação sistemática sobre os interesses e o comportamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes das suas deficiências.

É importante abordar que alguns professores ainda encontram dificuldades quando se trata do termo inclusão, devido a falta de recursos, qualificações que se fazem cada vez mais necessárias. No entanto, problemas sempre irão existir e o apoio ao aluno e a família deve ser o ponto de partida para abraçar a causa da inclusão.

O espaço escolar tem um papel fundamental que é o de oferecer oportunidades e ensino de qualidade, com o intuito de promover a inclusão nas salas do ensino nas salas de aula. A proposta de um sistema educacional inclusivo perpassa por um processo de reflexão acerca das concepções educativas e das práticas pedagógicas nos diversos contextos sociais.

Cabe a cada um profissional que está na escola, encarar o desafio de contribuir para que o espaço escolar se torne um ambiente inclusivo promovendo transformações nos diversos





contextos sociais. Daí a importância da instituição de ensino desenvolver estratégias diversificadas para acolher e promover uma educação de qualidade para todos em uma perspectiva de inclusão.

Em suma, todos temos direito a Educação, embora sabemos que há um longo caminho quando se trata de inclusão escolar, é preciso promover as mudanças que queremos nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola com educação de qualidade sem distinção de raça, cor, etnia ou deficiências.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M.; BOOTH, T.; DYSON, A. et al. **Melhorando escolas, desenvolvendo Inclusão**. Londres: Routledge Falmer, 2006.

BERBAT, M. C. ZAPPAROLI K. F. G. **Estagiários como mediadores na inclusão em educação**. Revista Nossos Meios Instituto IBC, vol. 55, n.03, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009, Seção 1, p. 17.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. **Escola Inclusiva e as necessidades educacionais especiais**. In: Manzini, E.J. Educação Especial: temas atuais. Marília, Unesp/Marília-Publicações, 2000.





IV CINTEDI

V JORNADA CHILENA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EDIÇÃO DIGITAL



SAMPAIO, Cristiane T. e SAMPAIO, Sônia Maria R. **Refletindo sobre a educação inclusiva**. Disponível em <http://books.scielo.org/id/3hs/05>. Acesso em 02/02/2020.

SANCHEZ, P. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Revista Inclusão. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.

SILVA, T. T. da (Org). **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000.

SILVA M. S.; LIMA F. A. **Educação Inclusiva no Ensino Fundamental**. ANTHESIS: Revistas de Letras e Educação da Amazônia Sul-Occidental, Cruzeiro do Sul/UFAC/CEL (Campus 12175 Floresta), vol. 4, nº 7,2016.

